



Pessoa arquivista e sua constituição identitária: influências na representatividade e nas atividades mediadoras da informação

Raquel do Rosário Santos ^I

^IUniversidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil;
raquel.rosario@ufba.br; ORCID <https://orcid.org/0000-0002-1469-0765>

Ana Claudia Medeiros de Sousa ^{II}

^{II}Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil;
ana.medeiros@ufba.br; ORCID <https://orcid.org/0000-0002-5478-1813>

Resumo: Esta pesquisa teve o objetivo de evidenciar se no ato mediador da informação realizado pelos(as) arquivistas transparece o viés da constituição identitária e da representatividade. De natureza qualitativa, de caráter descritivo, buscou realizar esta investigação junto aos profissionais vinculados à Associação dos Arquivistas da Bahia e à Associação dos Arquivistas da Paraíba. Sendo utilizado o questionário, como instrumento de coleta de dados e aplicado via e-mail. Como resultados foram interpretadas as percepções dos(as) arquivistas sobre sua conduta que se faz representativa, sendo que dos(as) 19 arquivistas nove participantes desta pesquisa afirmaram negativamente e dez indicaram que existe alguma experiência ou relato de usuários(as) que se sentiram representados(as) por algum de seus traços identitários (gênero, cor, raça, espaço geográfico). Conclui-se que o agir mediador, quando realizado de maneira consciente, é pautado em uma postura que não se desvincula da vida da pessoa arquivista, em que a sua interferência reflete os traços representativos no seu ato mediador, reconhecendo as similitudes e as diferenças dentro do coletivo que integra.

Palavras-chave: arquivística; mediação da informação; representatividade; identidade

1 Introdução

Cada ser social carrega em si um conjunto de características tecidas em suas vivências, na interação com o outro que lhe permitiu experienciar as dificuldades, perceber necessidades, novas perspectivas e ressignificar sua vida, constituindo sua identidade. Um sujeito é a soma das ações, bens e grupos socioculturais que interferiram em sua existência, carregando consigo um

coletivo. Embora, viver seja uma dádiva; ter uma existência significativa faz do sujeito um ser consciente do processo que permitiu experienciar. Nessa movência, entender-se no mundo integra o início de uma busca por um projeto social no âmbito individual que interfere no coletivo.

Ao longo da vida o sujeito busca se reconhecer, conscientemente ou não, em pessoas que integram os grupos sociais, sejam os pais, amigos, uma pessoa pública, um profissional com quem interage, entre outros. Realiza ações, sofre interferências, constitui seu modo de agir, passa a sentir e atribuir sentido em cada contexto em que se move, constituindo-se um ser que, embora pertencente a um coletivo, faz-se complexamente diverso em si. Nesse processo de interação humana, o sujeito se reconhece no outro, identifica similitudes e diferenças, e na busca por alcançar a conscientização dos impactos que a diversidade opera no ser, historicamente privilegiando alguns e colocando outros à margem, a representatividade se faz uma instância que mobiliza estruturas, abrindo fissuras, espaços, lugares para que sujeitos, antes negados, apropriem-se da liberdade de mover-se nas estruturas e alcançar o poder de fazer-se, pelo viés informacional, um protagonista que interfere na transformação do coletivo.

Raça, gênero, escolaridade, etnia, região, religião, entre outros marcadores, expressam as belezas de ser diverso, mas nas entrelinhas, ou mesmo em um discurso em alto som, ainda se oprime e nega, silencia e distância a pluralidade que existe nos espaços socioculturais. Portanto, é na representatividade que existe nas identidades, movidos pela alteridade, que se pode resistir, historicamente, aos antagonistas que ainda combatem o desejo de pertencimento, justiça e emancipação social.

Nos âmbito das lutas do feminismo negro pode-se refletir que mais de um marcador social atravessa os corpos e, por vezes, oprime os sujeitos dos seus direitos. A interseccionalidade que “[...] visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (Akotirene, 2019, p. 14) amplia a necessária discussão acerca da representatividade e das lutas comuns que cercam e oprimem os diferentes. Assim, a informação, uma instância transformadora, necessita ser mediada para que os direitos e a justiça social sejam alcançados.

Portanto, entende-se que a informação é a instância que fundamenta a transformação e a mediação é o ato que interfere no processo de apropriação da informação, favorecendo o agir, o reconhecimento, a representatividade e o protagonismo. Nessa perspectiva, precisa-se de mediadores da informação, por exemplo, arquivistas e bibliotecários, conscientes de seu espaço de (r)existência, da informação para transformação social e da atitude para o alcance do protagonismo.

Neste contexto, questiona-se: se no ato mediador da informação desenvolvido pela pessoa arquivista possui interferência de sua constituição identitária e se existem traços de uma busca por representatividade? Ao buscar responder este questionamento, foi traçado o seguinte objetivo: evidenciar se no ato mediador da informação realizado pelos(as) arquivistas transparece o viés da constituição identitária e da representatividade.

Quanto à metodologia, este estudo de natureza qualitativa, de caráter descritivo, buscou junto aos profissionais vinculados à Associação dos Arquivistas da Bahia e à Associação dos Arquivistas da Paraíba, por ser esses dois estados que ofertam o curso de Arquivologia no Nordeste, investigar o agir mediador da informação e as interferências da identidade e representatividade. Dessa maneira, por meio da aplicação de questionário, alcançou a percepção de 19 arquivistas que participaram desta pesquisa. Sendo os resultados analisados e discutidos à luz da literatura e pela abordagem qualitativa.

2 Referencial teórico

A constituição da identidade do sujeito resulta da interação deste no mundo, o movimento que as instâncias socioculturais interferem na percepção desse sujeito e o entendimento que possui sobre si e a relação com o outro. Suas características de cor, raça, gênero, entre outros marcadores socioculturais, ao mesmo tempo pode lhe fazer reconhecer-se no outro, de maneira que mais que os traços aparentes, a conscientização de seu ser e o modo com que se percebe no outro, pode ser motivador para seu agir e sua forma com que se entende no contexto sociocultural.

Pode também ser uma lacuna de busca e necessidade de informações que conduza esse sujeito ao entendimento de sua base referencial, que norteia a construção de conhecimentos que o religa as instâncias que o impele a refletir sobre o processo que pode ter-lhe descaracterizado de sua memória coletiva. Assim, a representação é uma primeira possibilidade de uma zona que proporciona aos sujeitos o entendimento sobre si no outro, do conforto que percebe entre semelhantes e o reconhecimento dos diferentes, é, portanto, a possibilidade de alcançar a representatividade como entendimento de si no mundo e a tomada de decisão por agregar o coletivo que lhe atribui sentimento de pertencimento e a conscientização sobre a constituição identitária.

Por isso a identidade é compreendida como uma dimensão que delinea as características que individualiza o ser, ao mesmo tempo que o vincula com dada coletividade. De acordo com Pollak (1992), identidade é uma:

[...] imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo de sua vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, por acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros (Pollak, 1992, p. 204).

Com base nesse entendimento, a identidade é condição necessária para o sujeito se relacionar no mundo, em que delinea uma imagem para si e para o outro, demarcando traços representativos que o define. Para Candau (2013, p. 142), a constituição identitária é uma condição imprescindível para os sujeitos, posto que ela “[...] define o nosso ser, modela a forma de nos comportarmos [...]”. Assim, a tomada de consciência da constituição identitária pode subsidiar o agir do sujeito no mundo, já que ela determina a maneira dele se comportar nos espaços em que está inserido, levando-o a identificar traços que podem entrelaçá-lo a outros sujeitos, ou mesmo diferenciá-los, e podem mobilizar formas de atuação que interfiram nesse coletivo, seja como expressão ou mesmo como modo de conscientização sobre a necessidade de reorganizar-se nesse coletivo, favorecendo seu fortalecimento.

Neste ponto é válido ressaltar o pensamento de Dubar (1997, p. 8) quando defende que identidade “[...] não é aquilo que permanece

necessariamente ‘idêntico’, mas o resultado dum ‘identificação’ contingente”. Essa reflexão enfatiza que os traços identitários são concebidos de modo a reunir marcadores constitutivos que definem o ser, agregados de maneira consciente ou inconsciente, por sua vivência e modo com que constituem sua memória.

Esse processo se dá em uma espécie de mosaico em que formas convergentes e divergentes se reúnem para definir um ser e seu modo de se religar ao coletivo, exemplificando, mulheres de diferentes etnias, idade, sexualidade, posições que ocupam socialmente – seja financeira e formativa - entre outros marcadores, podem sentir-se ligadas pelo objetivo ser um feminino que (re)conhecem-se na luta pelo combate que oprimem a forma de seus sentimentos, sensações e conhecimentos sobre si e sua relação com o outro. Portanto, a identidade feminina marca o aglomerado de vivências que essas mulheres possuem quando atuam e se reconhecem na sociedade, fazendo-as agirem de maneira representativa com outras mulheres, ainda que com marcas de vivências diferentes. Assim, a representatividade identitária agrega a alteridade por ser uma instância consciente de busca pelo agir com o coletivo.

Castells (2018), ao refletir sobre o poder da identidade e seus reflexos nos fluxos/processos informacionais e na sociedade em rede, apresenta algumas percepções acerca de identidade:

Identidade legitimadora: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais [...]. Identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade [...]. Identidade de projeto: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social (Castells, 2018, p. 55-56).

Ao refletir sobre o que propõe Castells (2018), pode-se entender que na complexidade de uma sociedade que rompe os limites geográficos e temporais, liga-se e interfere-se nas constituições identitárias, mesmo que em algumas

sociedades reconhecidas conservadoras, que longitudinalmente faz-se perceber tais mudanças, pequenas fissuras, que demonstram a interferência de uma atitude em rede, a partir de fluxos de informações que podem subsidiar pontos de conexões de representatividade. Retomando a fala de Castells (2018), pode-se ratificar que ao tomar consciência das instituições dominantes de opressão, os sujeitos podem unir-se, por meio de identificação de representações identitárias, que fortalecem a luta pela resistência e pela constituição de projetos humanizadores propícios a representatividade, ou seja, a ação consciente no terreno da identidade que toma os fluxos informacionais para atuação consciente nos espaços socioculturais. A luta de um ser pautado na representatividade nasce pela apropriação de informações, que em primeira instância reconhece seu semelhante, mas mobiliza estruturas de complexidade que faz outros sujeitos em opressão resistirem, pautados pelo viés informacional, no enfrentamento das formas que historicamente foram impostas.

Nessa conjuntura, Souza (2021) reflete sobre a representatividade, reconhecendo-a como:

[...] um conjunto de elementos que propõe muito mais que uma presença, mas, sim, uma luta emancipatória. Pensar a representatividade como uma luta, um tensionamento é pensar na complexidade entre as interações – sejam elas face a face ou mediadas [...] especialmente quando a interação aborda temáticas raciais e de gênero – que suscitam tantas conversações cotidianas (Souza, 2021, p. 96).

Para que o sujeito alcance a emancipação social, ratifica-se a necessidade do acesso e da apropriação da informação. Nesta instância, um sujeito consciente do seu lugar no mundo, reconhece na semelhança e na diferença, um espaço de embate social e de problematização sobre a complexidade da existência humana. Marcadores de gênero e raça fortalecem a necessidade da resistência e a busca por um agir pautado na representatividade, mas abre outras demandas sociais que favorecem a movimentação social por parte de sujeitos que estão ainda buscando lugares de expressão, reconhecimento e ‘projeto de resistência social’.

O reconhecimento de um lugar como de pertencimento só é possível se o sujeito o entende como seu, consegue imaginar-se nele e que é possível transpor os obstáculos que o impede de alcançá-lo. Mas, como se perceber em um lugar, onde seus semelhantes são cerceados, limitam sua entrada e não permitem sua chegada? Como alcançar esse lugar onde as dificuldades são tão grandes que os discursos, as pessoas que lá estão, os objetos que os integram não os representam? Representatividade é mais que um termo moderno e que carece de mais problematização, é mais que representação, é a ação de permitir a inclusão dos diferentes sujeitos em lugares, cargos, modos e estilos de vida, acesso à dispositivos socioculturais. É sobre a possibilidade de acesso às informações e dispositivos informacionais que subsidiam a conscientização sobre pertencimento e pautar-se na apropriação de tais dispositivos socioculturais, por meio de informações que concedam liberdade de opção aos diferentes sujeitos que integram a sociedade.

Articulando com o pensamento de Ribeiro (2017, p. 40) quando defende que “Ao promover uma multiplicidade de vozes o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal. Busca-se aqui, sobretudo, lutar para romper com o regime de autorização discursiva”. Desse modo, um conceito sobre representatividade identitária pode dizer sobre a identificação de sujeitos em espaços socioculturais, em um processo de representação, mas que esse também atua para o alcance de outros de seu coletivo, a fim de que outros sujeitos possam ocupar lugares que antes lhes eram negados. Mas, também tratar sobre essa representatividade conduz a necessidade de alcançar uma conscientização sobre sua constituição identitária, a memória e a formação de seu coletivo que implica em sua atuação, lugar de pertencimento e possibilidades de ser reconhecido pelo outro, e na fissura de novas possibilidades de vida, em uma reelaboração de espaços e multiplicidade de vozes. Desse modo, importa não se perder a percepção sobre quem é; ter como norte a consciência de si, de sua identidade, das lutas de seu coletivo, portanto, atuando de maneira protagonista para que outros possam também pertencer a lugares que chamem de seu.

Ao considerar a informação uma instância de transformação da vida dos sujeitos, tanto os usuários quanto os agentes mediadores, reconhecem-se a importância de democratização de seu acesso, como também as condições propícias para que os sujeitos possam produzir conhecimento, alterando sua percepção e relação no mundo. Desse modo, a informação só atinge sua função quando na ação do sujeito o impulsiona a mudança, pois uma vez compartilhada e não alcançando a intencionalidade do produtor, estabiliza-se em si a intencionalidade de fazer-se expressar. Por outro lado, na relação que se estabelece mediada junto aos produtores e usuários da informação, esses sujeitos, em conjunto, podem sentir-se impelidos ao movimento, reflexão e busca por um processo dialógico que poderá conduzir à apropriação dessa informação, e a novas buscas. Assim, o ato reflexivo, de identificação das necessidades de informação e a possibilidade de acesso e apropriação, é um movimento desenvolvido organicamente, em toda sua complexidade e completude, por meio das ações realizadas por um profissional da informação, tal como defende Almeida Júnior (2015).

Almeida Júnior (2015, p. 25) defende o conceito de mediação da informação ao afirmar que essa é:

[...] toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais – direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais.

A partir da defesa do conceito cunhado por Almeida Júnior (2015), entende-se o arquivista como um mediador da informação, pois esse profissional busca nas atividades de mediação indireta da informação, tais como a preservação, descrição, classificação, gestão, entre outras, o processo de favorecer que o sujeito recupere a informação que necessita, como também em uma interferência direta, que se faz nas atividades de mediação para formação dos sujeitos, como, por exemplo, nas visitas técnicas, no atendimento individual, na difusão de informações, em todo esse conjunto de práticas, integradas às

atividades indiretas, se deseja alcançar o objetivo de favorecer a apropriação da informação. Ao refletir sobre a conduta consciente do arquivista assevera a necessidade desse profissional ser compreendido, e se entender, como mediador da informação, assim como da Arquivologia fundamentar os seus estudos por esse viés, consolidando a reflexão apresentada por Santos, Sousa, Gomes (2022, p. 282):

[...] o arquivista deve assumir sua condição de mediador consciente da informação e compreender que as atividades de mediação não se limitam a intermediar a informação, porquanto também agem em favor da coletividade e do desenvolvimento do protagonismo social.

Nessa conjuntura, os arquivos e os arquivistas que neles atuam têm um objetivo de relevância para subsidiar a formação dos sujeitos sociais, no processo de acesso democrático à informação e, por ele, o compartilhamento de saberes que podem auxiliar na apropriação de informações. No que tange a interferência realizada pelos arquivistas, em 1978, ao refletir sobre *O papel da arquivologia na sociedade de hoje*, Duchein afirmou que:

É essa nossa missão: - assegurar a informação do futuro, nós somos o traço de união de duas épocas. Entretanto, a responsabilidade primeira do arquivista é para com o homem de nosso tempo. Tal responsabilidade se exerce não apenas com relação à Nação, ao Estado e à Administração, mas sobretudo ao cidadão, encarado como indivíduo que é (Duchein, 1978, p. 31).

A partir da reflexão apresentada pelo autor percebe-se a importância da preservação, organização e disseminação dos dispositivos informacionais que estão salvaguardados nos espaços públicos e privados de instituições arquivísticas. Entretanto, concorda-se com Duchein (1978) que a formação dos sujeitos sociais em um processo de emancipação desses para a constituição de novos repertórios que compõem as memórias que estão representadas no acervo arquivístico também demarcam o cumprimento da missão do arquivista. Desse modo, o acesso à informação amplia-se as atividades mediadoras as quais o arquivista pode atuar também na interferência direta junto aos sujeitos,

apoiando-os em sua relação no mundo e no entendimento que podem realizar ações voltadas à transformação sociocultural.

O arquivista é também aquele que pode agir para mudança do coletivo, contribuir para a transformação do mundo e favorecer, por meio da problematização de discursos divergentes e de contradição, a abertura de espaços de fala, de narrativas, que até então, eram inaudíveis, proporcionando a tomada de consciência do ser que pode entender sua existência, não apenas na conquista de projetos individuais, mas de projeções que alcancem a mudança da realidade social junto aos sujeitos que possam se sentir representados. Diante do exposto, reitera-se a relevância do agir do arquivista como um mediador que atua de maneira consciente, conforme defendem Santos, Sousa e Gomes (2022, p. 282):

[...] o arquivista deve agir conscientemente e entender que, historicamente, a instituição arquivística representou um lugar, uma posição e contou sobre a memória pautada em discurso oficial. Nessa perspectiva, ele deve contribuir para que a diversidade de discursos encontre nas instituições arquivísticas um ambiente de reconhecimento e espaço de voz.

Ao tratar sobre esse processo de reconhecimento, as autoras indicam a necessidade de um agir pautado na representatividade identitária por parte do arquivista. Assumir quem é no mundo, sua constituição identitária e a memória de seu coletivo pode subsidiar projetos de inclusão sociocultural, favorecendo que o outro, integrante ou não do seu coletivo, possa sentir-se acolhido e motivado a atuar em prol da transformação de sua realidade. Reconhecer a diferença, atuar na perspectiva da inclusão, equidade e justiça social, por uma perspectiva ética e humanizadora, pode ressignificar os dispositivos informacionais, como o arquivo que por muito tempo representou a narrativa de um grupo hegemônico, contou uma história dos que tinham o domínio da linguagem que rompia o tempo e o espaço, que alcançou e se perpetuou entre as gerações. O arquivista consciente desse lugar cultural diverso pode favorecer que outras linguagens compartilhem a memória que também se perpetua, mas não no centro, nas periferias da história que silenciosamente resiste ao apagamento e ao desejo de que sejam esquecidas.

Corroborando com esse pensamento Santos e Sousa (2021, p. 83) defendem que “[...] cada mediador(a) da informação carrega consigo a responsabilidade social de ver nos sujeitos uma possibilidade de ‘mudar o mundo’ e é por meio dessa crença que poderão transformar a si e ao outro”. O arquivista ao entender sua responsabilidade social de favorecer a apropriação da informação que subsidie a atuação protagonista pode atuar na esfera da representatividade, da ressignificação dos dispositivos informacionais como espaços de insurgência, de problematização e de (re)criação de realidades que por muito tempo foram opressoras de coletivos subrepresentados socialmente. Nesse processo de emancipação social, os indícios de memória e identidade contidos nos dispositivos informacionais podem ser transparecidos e fortalecer condutas que sejam alicerces para a criação de memória de resistência, que demonstrem a luta pela justiça social, que nas atividades mediadoras, os sujeitos se fazem conscientes da relevância do alcance da alteridade e da postura protagonista.

3 Metodologia

Este estudo caracteriza-se como descritivo que, segundo Gil (2002, p. 42) “[...] têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Dessa maneira, foi realizada a descrição das características de profissionais vinculados à Associação dos Arquivistas da Bahia e à Associação dos Arquivistas da Paraíba, tendo como justificativa o fato desses dois estados ofertarem o curso de Arquivologia no Nordeste. Ao questionar sobre: se no ato mediador da informação desenvolvido pela pessoa arquivista possui interferência de sua constituição identitária e se existem traços de uma busca por representatividade? Buscou-se responder a esse questionamento por meio do seguinte objetivo: evidenciar se no ato mediador da informação realizado pelos(as) arquivistas transparece o viés da constituição identitária e da representatividade.

Como técnica de coleta de dados foi realizada a aplicação de questionário, sendo esse instrumento disponibilizado por meio da plataforma

Google Forms, em que os responsáveis pelas referidas associações foram convidados a colaborar com a pesquisa enviando para os arquivistas associados, pois, como as informações de contato são pessoais, portanto sigilosas, esse foi um caminho para que o questionário alcançasse os(as) arquivistas, tendo a anuência das referidas entidades de representação. Portanto, a partir de um contato inicial *online* com as associações, apresentou-se a pesquisa, buscando disponibilizar o questionário para que esses enviassem aos associados, sendo esse processo realizado entre o período de 13 de abril e 02 de maio de 2023.

O questionário foi composto por perguntas abertas, que buscaram investigar sobre o perfil dos(as) respondentes; constituição identitária dos(as) arquivistas e a contribuição para ampliar suas percepções e atual profissional; a interferência do espaço geográfico em seu agir arquivista; e por fim, a percepção desses(as) arquivistas sobre a conduta representativa em suas atividades mediadoras. Para resguardar a identificação dos participantes, na próxima seção serão utilizados códigos que se referem aos respondentes da pesquisa/arquivistas. Após o processo de coleta de dados, os resultados foram analisados à luz da literatura, segundo a abordagem qualitativa.

4 Resultados: apresentação e discussão

A partir da trajetória investigativa cujo objetivo foi evidenciar se no ato mediador da informação realizado pelos(as) arquivistas transparece o viés da constituição identitária e da representatividade, foi aplicado um questionário que buscou inicialmente investigar se a constituição identitária do(a) arquivista contribui para ampliação de suas percepções e atuação profissional. Dessa maneira, dos 19 respondentes, seis afirmaram negativamente e 13 arquivistas disseram que existe uma influência de sua constituição identitária em seu agir mediador.

Entre as respostas destaca-se a fala do(a) Arquivista Quatro que afirmou: “Sim. Meu pai e minha mãe são professores ativos politicamente e socialmente e a minha identificação como pessoa no mundo parte 98% disso, principalmente da prática feminista da minha mãe. Esse contexto obviamente influencia muito na minha prática de trabalho”. Pode-se perceber que a base familiar desse sujeito

mediador é referência para sua conduta consciente como arquivista, e essa ação possui um processo orgânico que tem em seus pais a possibilidade de reconhecer-se como uma pessoa que possui uma identificação, portanto, uma constituição identitária no mundo, e age a favor do coletivo, como demonstra ao referir-se a sua mãe em práticas de luta a favor do feminino. Pode-se inferir que esse(a) arquivista busca em sua atuação mediadora condutas de emancipação social de outros sujeitos que reivindicam um lugar de existência consciente no mundo, não tomando uma posição “neutra” em seu agir profissional.

Outra resposta referente a constituição identitária do(a) arquivista e sua contribuição para a atuação profissional pode ser percebida na afirmativa do(a) Arquivista Nove, quando citou “Sim, os ambientes e grupos sociais que convivi foram diversos e trouxeram maturidade na maneira de lidar com as necessidades e realidades arquivísticas, como representação de todo um povo.” A partir do exposto pelo(a) respondente pode-se refletir que as vivências que o sujeito experiencia na sua trajetória, seja pessoal ou profissional, podem subsidiar um repertório que possibilite se relacionar com o mundo com criticidade, compreendendo as nuances que permeiam as práticas socioculturais e os discursos intencionais que, de maneira majoritária, privilegia grupos hegemônicos. Ciente disso, o sujeito se coloca em um lugar problematizador buscando reivindicar seus direitos, como também de outros sujeitos que integram diversificados coletivos.

As respostas apresentadas pelos(as) Arquivistas Quatro e Nove sobre a sua constituição identitária refletir no seu agir profissional possuem uma associação com o que refletem Santos, Sousa e Gomes (2022) ao defenderem que a pessoa arquivista deve agir de maneira consciente, buscando compreender a representação do lugar que ocupa historicamente a instituição arquivística, atrelada a memória pautada em um discurso oficial. Dessa maneira, quando agentes mediadores(as) vinculados(as) à esse lugar possuem uma leitura crítica de mundo, podem contribuir para a problematização de barreiras socioculturais que mantêm sujeitos à margem e impossibilitados de expressar-se, antes agem em um processo que favorece o protagonismo desses sujeitos e a possibilidade

de identificarem-se com suas vivências e lutas sociais, em uma constituição de representatividade identitária.

Contudo, é preciso perceber que mesmo em um ambiente de construção do conhecimento a ruptura com esse sistema que mantém um discurso dominante se dá em um processo gradativo, que transita por ações conscientes e inconscientes, como refere-se Almeida Júnior (2015) ao tratar da mediação da informação. Nesse sentido, o(a) Arquivista 13 indicou que não saberia responder sobre uma possível interferência de sua constituição identitária na percepção e atuação como profissional, ou seja, existe uma possibilidade de um agir inconsciente desse sujeito, em condutas que favorecem, ou não, o acesso à informação pelos diversos sujeitos que buscam no arquivo uma possibilidade de alcance de seus direitos. Ainda nessa perspectiva, o(a) Arquivista Sete afirmou: “Não. A minha identidade, no meu ponto de vista, só diz superficialmente quem eu sou. O meu atuar vai ser dito a partir do meu esforço em conhecer e decidir se quero estar ali como inovador ou apenas um recebedor do salário”.

É necessário refletir que identidade não é sinônimo de superficialidade, essa é a essência do ser, de como o sujeito entende-se e age no mundo, de seu lugar de refletir, expressar-se e relacionar-se com o outro. Embora, os sujeitos podem em um determinado tempo agir inconscientemente, não compreendendo a constituição de sua identidade - por exemplo, como uma pessoa negra, que sente as dores que o racismo proporciona, mas não alcançou ainda uma reflexão pautada nas discussões teóricas e práticas decoloniais - poderão alcançar, por meio da interferência mediadora da informação, cultura e leitura, a práxis de um agir emancipador. Assim, o Arquivista Sete, ainda que não perceba uma interferência de seus marcadores sociais, para além da luta própria por melhores condições de agir profissional, esses ultrapassam um modo meritocrático de uma ação individual do ser, tanto necessitando de um coletivo para quem se pautar para desenvolver melhores ações mediadoras, quanto nesse coletivo buscar fundamentação para seu agir no mundo.

Ainda pode-se refletir, por meio da narrativa desse mediador, que alguns discursos têm elementos imperceptíveis de opressão e condução que mantém sujeitos à margem da conquista de uma justiça social. Entretanto, especialmente

sujeitos que estão associados ao ato mediador, mantém-se por pouco tempo nesse lugar de silenciamento, pois ao serem questionados, podem começar a sentir incomodados, machucados, incentivados ao movimento, até que alcançam uma postura protagonista que, junto à comunidade usuária, produzem rachaduras no sistema e favorecem que outros sujeitos possam, como diz Ribeiro (2017) existir em multiplicidade de vozes, que lutam para romper regimes opressores, favorecendo que já se tenha autorização para “falar”, mas também o direito de estar, expressar e mudar consciências e atitudes. Quando os(as) Arquivistas Sete e 13 alcançarem a percepção de suas constituições identitárias poderão perceber a diferença que fazem de maneira consciente, poderão operar em mudanças em seu lugar social, seja em sua comunidade, no arquivo, ou em tantos outros lugares que integram. Com isso, não se sabe quem são; se são pessoas indígenas, brancas, amarelas, pretas, homens, mulheres, LGBTQIAPN+, mas independente de quem sejam, são mediadores(as) da informação, que podem ter nessa instância o poder transformador de regras socioculturais.

Ao compreender que os territórios também possuem uma influência sobre a constituição identitária dos sujeitos, foi investigada a interferência do espaço geográfico no agir do(a) arquivista, sendo que nove participantes da pesquisa afirmaram não ter influência alguma e dez arquivistas disseram que o seu lugar geográfico interfere em sua conduta profissional.

As respostas negativas estavam atreladas a um paradigma custodial, em que as falas dos(as) arquivistas refletiam o arquivo como um lugar desvinculado da vida, ou seja, de uma conduta humanizadora, transparecendo a ausência de um projeto de transformação social. Outras respostas ainda relacionam-se ao mundo do trabalho, na busca por lugares geográficos em que a ocupação profissional pudesse atribuir melhores condições financeiras. Tanto a primeira categoria de respostas quanto a segunda, demonstram a fragilidade de uma formação sociocultural em que os(as) arquivistas compreendam-se como agentes mediadores(as) em busca de uma postura protagonista, de tomada de consciência e de luta com o coletivo. Portanto, a consciência sobre a constituição identitária e o lugar de pertencimento é necessária para um

reconhecimento e a busca de uma condução representativa a fim de subsidiar o agir desses(as) mediadores(as).

Quando esse agir se torna consciente, o(a) arquivista desenvolverá suas práticas mediadoras pautadas em uma identificação contingente, conforme defende Dubar (1997) ao refletir sobre identidade, em que as atividades arquivísticas contemplam diversos coletivos que se perceberão representados nos arquivos. Nessa perspectiva, entre os(as) que afirmaram positivamente sobre a interferência do espaço geográfico em seu agir como arquivista, destaca-se a fala do(a) Arquivista Quatro “Sim. Trabalho no extremo sul da Bahia, um local de baixa escolaridade, empregos precários e coronelismo político ainda latente. Preciso ter muita segurança da minha ética profissional e paciência nos atendimentos aos usuários”. Esse sujeito que já alcançou o ensino superior, em sua resposta, transparece uma conduta humanizadora ao perceber que outros sujeitos ainda precisam alcançar o direito de estudar e ter no processo de ensino aprendizagem uma transformação de vida e de ampliação de repertório informacional. Ao refletir sobre essa resposta, ainda é perceptível que embora o(a) incomode, a busca pela compreensão de que esses(as) usuários(as) agem conduzidos(as) historicamente por uma narrativa produzida por grupos dominantes, o(a) coloca em uma ação fundamentada na ética e, ainda infere-se, que na transformação de uma concepção crítica que favoreça uma mudança por parte desses(as) usuários(as).

Outra resposta foi produzida pelo(a) Arquivista Oito, ao ser questionado sobre a interferência do espaço geográfico no agir profissional, afirmou que: “Sim, pois vi que é possível alcançar os espaços ainda negado às mulheres e pretos, moro num bairro onde é acessível aos eventos culturais e educacionais.” Pode-se inferir que essa é uma pessoa preta, podendo ser uma mulher preta, que alcançou a consciência de que muitos espaços são negados a grupos invisibilizados e teve na opção de escolha a oportunidade de ampliação de repertórios de saberes. As vivências entre espaços de centralidade e periférico proporcionam a percepção da amplitude das práticas culturais, da resistência nas atitudes diversas e dos bens que são produzidos e consumidos de modos

diferentes, interferindo no ato mediador que busca na representatividade identitária a transformação sociocultural.

Essa vivência também pode conduzir à necessidade de oportunizar a opção por conhecer essa diversidade, de experienciar o diferente e de reconhecer nessas atitudes a imagem de si no outro, como afirma Pollak (1992), constituindo uma identidade que oportuniza uma pessoa, ao longo de sua vida, construir uma representação de si que também será refletida no outro, mas, que entende-se neste estudo a necessidade de um agir que se faça representativo, abrindo espaço para que outros sujeitos se façam presentes em lugares outrora negados.

Nessa conjuntura, buscou-se investigar a percepção dos(as) arquivistas sobre sua conduta que se faz representativa, sendo que dos(as) 19 arquivistas nove participantes desta pesquisa afirmaram negativamente e dez indicaram que existe alguma experiência ou relato de usuários(as) que se sentiram representados(as) por algum de seus traços identitários (gênero, cor, raça, espaço geográfico etc). Vale destacar que essas respostas negativas, transparecem uma falta de busca por identificar esses sentimentos e relatos por parte dos(as) usuários(as), referindo-se às características profissionais, de conduta no atendimento aos(as) usuários(as), sem interação que vai além dos vínculos institucionais que permitiram o sujeito chegar até ao arquivo e ter a demanda que os motivaram para a busca informacional apresentada. Ou seja, quando se examina a complexidade das interações que se evidenciam as lutas emancipatória, de pessoas caracterizadas por sua raça, gênero ou outro marcador, pode-se alcançar a sensibilidade de perceber necessidades que foram silenciadas e buscas que se mantiveram apagadas, de se reconhecer, como defende Souza (2021) a representatividade que possibilita abordar temáticas sociais em conversações que se podem ocorrer cotidianamente.

Por outro lado, existem arquivistas que alcançaram uma percepção a favor da representatividade, como a Arquivista Oito quando afirma “Sim, por ser mulher e preta na academia, possuir Mestrado e atuar na minha área.” Essa fala permite, nestas linhas uma expressão de reconhecimento e força, por outras mulheres, pretas, em territórios diversos, estarem ocupando lugares de

visibilidade, de expressão, opção e poder. Para além, que outras pessoas negras sintam-se empoderadas; outros sujeitos subrepresentados sejam movidos pelo sentimento de que é possível e existe, na resistência, uma luta a ser realizada e lugares a serem alcançados. A representatividade evidenciada na fala da Arquivista Oito a faz, como a outros sujeitos, alcançar e atuar por uma consciência coletiva, do lugar que atingiu e deseja interferir, em um processo transformador de pertencimento sociocultural.

Reiterando essa percepção de representatividade, a Arquivista 19 responde “Sim. A ocupação de cargos gerenciais em instituição pública por mulheres negras ainda gera insatisfação e surpresa, mas também serve de referência e representatividade.” Pode-se inferir que essa respondente atua de maneira consciente e compreende o atravessamento de marcadores sociais, que demonstra a interseccionalidade por esta respondente ser um mulher negra (Akotirene, 2019), ainda são minorias em instituições públicas, ainda mais em se tratando de cargos gerenciais. Isso demonstra que seu agir é fundamentado em sua vivência no mundo, logo, sua atuação como arquivista não se desvincula de sua constituição identitária.

Diante do exposto, pôde-se evidenciar que ainda existe a necessidade de reflexão por parte de arquivistas, como mediadores(as) da informação, quanto à sua constituição identitária e sua interferência no fortalecimento de práticas que sejam transformadoras para diversos sujeitos sociais. Por outro lado, identificou-se condutas protagonistas, empoderadas e que, conscientes da representatividade que exercem, buscam fortalecer a reivindicação de outros sujeitos vinculados aos coletivos subrepresentados pelo direito de ocupar e alargar os espaços de poder para que sejam alcançados por outros que neles(as) se compreendam representados(as).

5 Considerações finais

Este estudo buscou evidenciar se o agir mediador da informação de pessoas arquivistas transparece o viés da constituição identitária e da representatividade, onde os resultados apontaram que, dos 19 participantes, 13 arquivistas afirmaram que existe uma influência de sua constituição identitária em seu agir

mediador. Entretanto, quando foram questionados o quanto o espaço geográfico atrelado a constituição identitária estão transparecidos no seu agir, apenas dez arquivistas disseram que o seu lugar de pertencimento interfere em sua conduta profissional. Diante disso, entende-se que a constituição identitária está organicamente vinculada com o território e as práticas socioculturais que o sujeito se relaciona em sua trajetória de vida. Por outro lado, ao investigar a percepção dos(as) arquivistas sobre sua conduta que se faz representativa, dez participantes indicaram que já tiveram relatos de usuários(as) que se sentiram representados(as) por seus traços identitários (gênero, cor, raça, espaço geográfico). Diante desses dados, reitera-se que o agir mediador, quando realizado de maneira consciente, é pautado em uma postura que não se desvincula da vida da pessoa arquivista, em que a sua interferência reflete os traços representativos no seu ato mediador, reconhecendo as similitudes e as diferenças dentro do coletivo que integra.

O agir mediador que favorece a problematização sobre as lacunas, muitas vezes resultantes de um processo de apagamento da memória dos sujeitos, volta-se como mobilizadora de percepção sobre as necessidades de informação, gerando a busca e, ao mesmo tempo disponibilizando dispositivos e serviços que, proporcionam-os acesso e condições de se apropriar das informações. Desse modo, a mediação da informação pode apoiar os sujeitos no processo do desenvolvimento e fortalecimento da identidade. Nesse processo, além de ampliar as percepções que as informações geram no sujeito, mobilizando uma desconstrução das certezas, poderá ressignificar o modo com o qual percebe-se e atua no mundo, auxiliando na conscientização de si e do vínculo que possui com o outro, de modo que alcançando essa ligação age a favor do coletivo, portanto, pelo viés da representatividade. Entende-se essa instância, representatividade, como a consciência coletiva que o sujeito alcança em si e o faz interferir nos espaços socioculturais de modo a fortalecer seu processo de constituição identitária, sendo necessária a atuação mediadora para lhe proporcionar o acesso e a apropriação de informações que subsidiam essa potência mobilizadora.

Na literatura científica ainda é incipiente as reflexões sobre concepções de representatividade, infere-se que essa temática esteja associada ao

movimento da vida, portanto, são poucos os escritos que buscam conceituar essa instância. Vale ressaltar, que a representatividade está fortemente atrelada às lutas raciais e de gênero, sendo um tema necessário e que ainda se faz fundamental a busca por adensamento teórico. Por outro lado, neste texto, amplia-se a percepção do tema, entendendo que a representatividade identitária envolve uma associação entre vidas, e que apesar das diferenças, que individualizam os sujeitos, também se identificam traços de constituição do ser que fortalecem a busca por transformações socioculturais por parte de sujeitos, ainda à margem do alcance de uma justiça social.

A partir da trajetória investigativa e dos resultados alcançados, propõe-se a reflexão sobre o conceito de representatividade identitária neste texto, como também da necessidade dos(as) agentes mediadores(as) vindicarem a possibilidade do semelhante e do diferente resistirem igualmente e perceberem os caminhos da luta pela emancipação social. Esse semelhante, em que com maior intensidade é atravessado pelo sentido da representatividade nunca será igual, visto que se aproxima por um dos marcadores que lhe faz sentido, do lugar de resistência que se projeta, em um entendimento de que todo ser é atravessado por elementos constitutivos que o faz interagir com o outro, portanto, haverá diferenças e alteridade na busca pela representatividade identitária.

Diante do exposto, propõe-se o entendimento de representatividade identitária como a necessidade de incluir e oportunizar espaços de expressão e atuação de pessoas que integram o coletivo subrepresentado, provocando a movência a fim de ascensão social que historicamente lhe foi negada. Assim, a representatividade, fundamentada em informações, que agregam traços identitários, informações sobre práticas culturais, e subsidiados por uma leitura crítica e consciente, podem embasar a interferência do ato mediador e o alcance de posturas protagonistas que vindiquem posições de reconhecimento, tendo consigo o poder de transformar e atuar no embate cultural e nas bases de injustiça social.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo; SILVA, Rovilson José (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: Abecin, 2015. p. 9-32.

CANDAU, Joel. **Antropologia da memória**. Lisboa: Instituto Piaget, 2013.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**: a era da informação. 9. ed. rev. ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2018. v. 2.

DUBAR, Claude. Identidade, identificações e formas de identidade. *In*: DUBAR, Claude. **A crise das identidades**: a interpretação de uma mutação. Porto: Edições Afrontamento, 1997. p.8-9.

DUCHEIN, Michel. O papel da arquivologia na sociedade de hoje. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 30-36, 1978. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/21397>. Acesso em: 18 dez. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas. 2002.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Rio de Janeiro, **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-2012, 1992.

RIBEIRO, Djamilia. **O que é**: lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SANTOS, Raquel do Rosário; SOUSA, Ana Cláudia Medeiros. Arquivo, biblioteca e museu como dispositivos de mediação da informação e de reconhecimento dos traços identitários e memorialísticos dos usuários. *In*: SILVA, Andreia Sousa; MARTENDAL, Fernanda Frasson (org.) **A perspectiva social nos estudos de usuários em arquivos, bibliotecas e museus**: teoria e prática. Florianópolis: Rocha Gráfica e Ed., 2021.

SANTOS, Raquel do Rosário; SOUSA, Ana Cláudia Medeiros de; GOMES, Henriette Ferreira. As dimensões da mediação da informação no âmbito das instituições arquivísticas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 281- 298, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.19132/1808-5245281.281-298>. Acesso em: 29 set. 2023.

SOUZA, Olívia Luiza Pilar de. **Representatividade importa?** Representação, imagens de controle e uma proposta de representatividade a partir das

personagens mulheres negras em Malhação. 2021. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

Archivist person and his identity constitution: Influences on representation and information mediating activities

Abstract: This research aimed to demonstrate whether the information mediation act carried out by archivists reveals the bias of identity constitution and representativeness. Qualitative in nature, descriptive in nature, it sought professionals linked to the Associação dos Arquivistas da Bahia and the Associação dos Arquivistas da Paraíba. The questionnaire was used as a data collection instrument and applied via email. As results, the perceptions of archivists about their conduct were interpreted, which is representative, and of the 19 archivists, nine participants in this research stated negatively and ten indicated that there is some experience or report from users who felt represented by some of their identity traits (gender, color, race, geographic space). It is concluded that the mediating action, when carried out consciously, is based on a stance that is not disconnected from the life of the archivist, in which his interference reflects the representative traits in his mediating act, recognizing the similarities and differences within of the collective that integrates

Keywords: archival; information mediation; representativeness; identity

Recebido: 07/05/2024

Aceito: 23/07/2024

Declaração de autoria

Concepção e elaboração do estudo: Raquel do Rosário Santos, Ana Cláudia Medeiros de Sousa

Coleta de dados: Raquel do Rosário Santos, Ana Cláudia Medeiros de Sousa

Análise e interpretação de dados: Raquel do Rosário Santos, Ana Cláudia Medeiros de Sousa

Redação: Raquel do Rosário Santos, Ana Cláudia Medeiros de Sousa

Revisão crítica do manuscrito: Raquel do Rosário Santos, Ana Cláudia Medeiros de Sousa

Como citar

SANTOS, Raquel do Rosário; SOUSA, Ana Cláudia Medeiros. Pessoa arquivista e sua constituição identitária: influências na representatividade e nas atividades mediadoras da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 30, e-140077, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-5245.30.140077>

Parecer(es) aberto(s):

<https://doi.org/10.1590/1808-5245.30.140077A>

